



Sr. Ajay Banga
Presidente
Banco Mundial Grupo Washington,
D.C.

Assunto: Objeção Moral à Participação do Banco Mundial no chamado “Conselho da Paz”

Prezado Presidente,

Escrevemos-lhe como Padres Contra o Genocídio, uma rede internacional de 2.200 sacerdotes de 58 países, aos quais se juntaram 23 bispos, arcebispos e dois cardeais. Nossa vocação nos obriga a defender a dignidade humana, acompanhar aqueles que sofrem e falar com clareza quando estruturas de poder colocam vidas em risco. Hoje, enquanto **dois milhões de palestinos em Gaza** clamam por proteção, sentimo-nos obrigados a levantar nossas vozes. Já apelamos à Conferência dos Bispos Católicos dos Estados Unidos e ao governo italiano em relação ao seu envolvimento no chamado “Conselho da Paz”, cuja reunião ocorreu em Washington, D.C., em 19 de fevereiro de 2026. Dirigimo-nos agora diretamente ao senhor, pois o silêncio diante da injustiça trairia nossa missão pastoral.

O Cardeal Pierbattista Pizzaballa, Patriarca Latino de Jerusalém, já expressou profunda preocupação, descrevendo o “Conselho da Paz” como “uma iniciativa que parece ter como objetivo principal proteger os interesses das grandes potências, sem um reconhecimento real do povo palestino e de seus direitos”. Ele o caracterizou ainda como um projeto colonialista, imposto de fora e desconectado da realidade vivida pelos mais afetados. Suas preocupações ecoam o que comunidades, atores da sociedade civil e trabalhadores humanitários já observaram: o “Conselho da Paz” replica padrões de dominação em vez de promover justiça, reconciliação ou proteção.

Isso levanta questões profundas sobre a compatibilidade do “Conselho da Paz” com a missão das instituições de Bretton Woods. O Banco Mundial foi fundado para promover a reconstrução e o desenvolvimento, reduzir a pobreza, apoiar a estabilidade econômica, promover o crescimento inclusivo e garantir que o desenvolvimento beneficie todos os povos. Esses princípios pressupõem transparência, responsabilidade e a participação significativa das comunidades afetadas. No entanto, o “Conselho da Paz” contradiz esses compromissos.

Apesar do nome, tal conselho está associado a ações e orientações políticas que – direta ou indiretamente – permitem ou legitimam a violência contra os palestinos. Sua governança carece de transparência, seu processo decisório exclui os mais afetados e suas intervenções planejadas não garantem justiça, responsabilização ou a proteção da vida.

Para uma instituição da estatura global do Banco Mundial, conferir credibilidade a tal órgão representa o risco de normalizar práticas que minam os fundamentos da paz, as normas dos direitos humanos, os compromissos éticos do desenvolvimento e a própria missão confiada ao sistema de Bretton Woods. Mesmo a participação bem-intencionada, inadvertidamente, reforça uma estrutura que exclui os palestinos e perpetua uma lógica colonial.

Como clérigos, devemos nos manifestar quando o silêncio equivaleria à cumplicidade. Como cidadãos globais, devemos exigir responsabilização quando as instituições se desviam de sua missão declarada. Como parceiros na busca por um mundo mais justo, apelamos por clareza moral.

Portanto, instamos respeitosamente o Banco Mundial a:

- **Suspender** a participação no chamado “Conselho da Paz”.
- **Reafirmar** publicamente seu compromisso com a proteção das populações em risco, especialmente onde o desenvolvimento e o conflito se cruzam.
- **Dialogar** diretamente com a sociedade civil, líderes religiosos e comunidades afetadas para garantir que as parcerias reflitam os mais altos padrões éticos e defendam a santidade da vida humana.

O Banco Mundial há muito enfatiza a inclusão social, a transparência e a participação significativa das populações afetadas. Este momento exige precisamente esse tipo de liderança – corajosa, íntegra e disposta a se retirar de estruturas que minam os valores que defendemos coletivamente. Como lembrou o Papa Leão XIV, a comunidade internacional, o direito humanitário, a cooperação multilateral e as Nações Unidas devem permanecer pilares essenciais da coexistência pacífica global.

Com respeito e compromisso inabalável com a igualdade, a justiça e a paz.

Padres Contra o Genocídio